

O QUE AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS RELATAM SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL

Rafaela Costa de Medeiros Moura; Melina de Oliveira Pimentel; Ana Paula Leite França; Maria de Fátima Fonseca Souza

Centro Universitário FACEX – UNIFACEX – E-mail: callcenter@facex.com.br

Introdução: A educação inclusiva surgiu na década de 90 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1990) e com a Declaração de Salamanca sobre a Educação Especial, em 1994. Seu principal objetivo é o de promover o compromisso da Educação para Todos, até mesmo a pessoas com necessidades educacionais especiais. Com isso, percebe-se que a educação inclusiva surge para trazer benefícios para o desenvolvimento da pessoa deficiente, desde que sejam realizadas adaptações nas estratégias de ensino e nas propostas pedagógicas a fim de atender as necessidades educacionais dos mesmos, o que acaba se tornando um desafio para profissionais da área da educação, seja ela no ensino básico ou superior. Com relação ao ensino superior, este é responsável pela formação profissional do indivíduo inserido em uma sociedade, de modo que este venha a prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade. Para que possa existir uma educação inclusiva neste tipo de ensino, precisa-se das condições criadas pelas universidades para receber adequadamente seus alunos com necessidades especiais, seja qual for à necessidade que ele apresente, desde a estrutura física das instituições de ensino ou até mesmo a capacitação profissional dos professores e gestores para lidar com alunos especiais. Diante disso, pode-se dizer que um dos entraves na implementação da educação inclusiva no Brasil está no não reconhecimento das diferenças. Assim, cabe aos agentes educacionais que movem às instituições de ensino superior, preparar a universidade para atuarem como agentes de transformação social, ensinando como devem ser acolhidos indivíduos com necessidades especiais, numa inclusão educacional que traga frutos de inserção na sociedade e no mercado de trabalho. Assim, a educação inclusiva exige muitas reflexões no intuito de valorizar a diversidade humana e os novos indivíduos que ditarão padrões da nova sociedade em formação. Apesar da criação da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, o processo inclusivo ainda apresenta dificuldades de implementação, principalmente porque os objetivos da educação inclusiva, numa sociedade voltada para o consumo e para a competitividade, constantemente se impõem como obstáculos ao ingresso e



à permanência do aluno significativamente diferente no ensino. Desta forma e, por ser a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, um desafio para o sistema educacional em nosso País, é de valia que estudos sobre esta temática sejam desenvolvidos para contribuir com a reflexão acerca deste assunto. Assim sendo, estabeleceu-se os seguintes questionamentos: Quais as principais dificuldades relatadas nas produções científicas brasileiras sobre a educação inclusiva no ensino superior? Qual a importância das estratégias de inclusão na promoção de um ensino de qualidade? Diante desta perspectiva, o estudo em apreço tem como objetivos descrever quais as principais dificuldades retratadas nas produções científicas brasileiras sobre a educação inclusiva no ensino superior, e identificar a importância das estratégias de inclusão na promoção de um ensino de qualidade. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura, realizada em agosto de 2016. Foram utilizados periódicos indexados a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), tendo como critérios de inclusão publicações em língua portuguesa, em forma de texto completo, que respondessem ao questionamento do estudo, respeitando o recorte temporal de 2010 a 2016. Optou-se por um recorte temporal de sete anos pelo fato de que havia poucas publicações nos últimos cinco anos sobre a temática abordada no estudo em apreço. Os critérios de exclusão adotados foram artigos em língua estrangeira, que não estivessem disponíveis em texto completo, e que não respondessem ao questionamento em proposição. Os seguintes descritores (DeCS) foram utilizados sozinhos ou em combinação: “Inclusão em Educação”, “Ensino Superior”, “Deficiência”. Para a construção deste trabalho, foram seguidas etapas, a saber: Na primeira etapa, a escolha do tema e da questão norteadora. Esta etapa é a mais importante, pois norteia a construção da revisão de forma bem elaborada. Na segunda etapa, foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão. A etapa seguinte constituiu da extração das informações e resultados relevantes para formar um banco de dados. Na quarta etapa, ocorreu a leitura e análise de forma crítica e sistemática dos estudos. Nas etapas finais, ocorreu a interpretação e discussão dos resultados e foi apresentada uma síntese do conhecimento adquirido. Dentre as 18 publicações encontradas, foram selecionados 11 artigos para discussão, após leitura exploratória e crítica. Vale ressaltar, que alguns trabalhos apareceram em mais de uma das bases de dados e, por tal razão foram contabilizados apenas uma vez. **Resultados e discussão:** É perceptível as dificuldades que a implementação da educação inclusiva vem sofrendo no Brasil. Para termos uma idéia, ao pesquisar sobre a inclusão de pessoas especiais na educação superior detectou-se pequena a quantidade de produções sobre este assunto quando comparada à sua relevância social e política. Assim, pode se inferir que as



universidades caminham devagar no que diz respeito a conhecer e sanar as necessidades especiais de seus alunos no intuito da inclusão educacional. A necessidade especial de uma pessoa não pode reduzir seus direitos enquanto cidadão de um País o qual tem como dever ofertar assistência social em qualquer fase da vida humana. Muitas vezes, temos a impressão de que as universidades cumprem todas as suas responsabilidades educacionais inclusivas quando ocorre a reserva de vagas para alunos com necessidades especiais. Mas, a inclusão social esperada destas instituições educadoras deve dizer também a respeito da capacitação dos professores. Especificamente sobre esta capacitação, detectou-se a necessidade de maior atenção na formação dos professores no que concerne a aspectos políticos e éticos, no intuito de trazer a educação inclusiva como colaboradora na qualidade da educação. Ainda sobre a formação docente, constatou-se por meio da literatura científica, as dificuldades encontradas naqueles que são atuantes no processo de inclusão, e por tal motivo é sugerida a implantação de disciplinas referentes à educação inclusiva na grade curricular de formação docente, onde sejam contemplados conteúdos pertinentes à compreensão das deficiências, seja por interesse próprio seja por incentivo do governo ou por instituições de ensino. Com isso, pode se inferir que a formação profissional está diretamente relacionada com as reflexões dos professores sobre seu trabalho e sua formação. Deste modo, é de valia que estes tenham comprometimento diante da educação inclusiva, mas isso não significa que devam enfrentar sozinhos as dificuldades deste processo. As mudanças para a real implementação da educação inclusiva devem ocorrer por meio do trabalho do governo, sociedade e instituição educadora, no intuito de reformular os projetos políticos. Assim, os professores precisam ter suporte da reitoria, coordenação e recursos pedagógicos que facilitem o processo de ensino e aprendizagem do aluno e principalmente um preparo antes de entrar em prática docente. Pesquisas com jovens surdos no ensino superior concluem que a universidade oferta um ambiente diferente do que estavam acostumados na escola especial, com exigências maiores àquelas a que estavam habituados. No funcionamento destas instituições, a comunicação oral-auditiva é a principal no ensino-aprendizagem e na socialização. A grande maioria dos colegas e professores não conhecem as especificidades relativas à surdez, ignora a língua de sinais e tem dificuldade de se relacionar com o que é diferente. Desde que haja apoio das instituições de ensino, os jovens surdos poderão ter experiências de crescimento educacional em um contexto de diversidade. Assim, estes grandes centros de ensino e pesquisa devem repensar suas estratégias de educação de forma a elaborar situações e ambientes que favoreçam os processos inclusivos. Sendo a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais no ensino superior recente, cabe as universidades a



responsabilidade social no que diz respeito à qualificação dos cidadãos. A Educação Inclusiva é acolher a diversidade na busca de um ensino democrático. Para sua efetivação é de valia que a segregação deixe de existir diante das relações interpessoais. Assim, a docência no Ensino Superior necessita ser promotora de debates sobre o assunto praticando uma formação que inclua e respeite o diferente em nossa sociedade para atingir a transformação desejada na estrutura de nossa sociedade. Sobre a política de formação inclusiva, detectou-se a preocupação dos gestores do ensino superior em atender as políticas de inclusão, nos espaços físicos e na pedagogia adotada aos estudantes. Porém, concordam que existe o despreparo no atendimento a clientela com necessidades especiais, onde não existe o trabalho logístico compatível com as propostas de inclusão preconizadas pela legislação vigente. Desta forma, o processo de mudanças estruturais e pedagógicas se constrói de maneira gradual, com a atuação de gestores qualificados e comprometidos em executar políticas de inclusão direcionadas a essa clientela. Divergente das instituições públicas de ensino, os avanços estruturais no atendimento das necessidades dos alunos especiais têm ocorrido em maior expressividade nas instituições privadas de ensino, pois estas instituições precisam atender o mercado consumidor, como alterações nos locais de acesso, construção de rampas, elevadores, corrimões, banheiros públicos e/ou outras adaptações capazes de facilitar o trânsito desses indivíduos na espacialidade dos centros de ensino. No entanto, não são percebidas as adaptações metodológicas no acolhimento, ensino e avaliação da aprendizagem no intuito de propiciar a permanência e qualidade do ensino-aprendizado. Dentre as limitações relatadas por alunos identificou-se que, à maioria, referiu astigmatismo, hipermetropia, miopia, entre outros limites ou alterações e, a minoria, perda parcial da audição. As barreiras arquitetônicas foram as mais citadas pelos estudantes, seguidas das barreiras pedagógicas. É importante ressaltar que as barreiras atitudinais não foram citadas. No que diz respeito às estratégias de educação inclusiva no ensino superior, compreendem-se formas de programar um ensino de qualidade a estudantes especiais. Entre essas, a tutoria de pares diante de estudantes com deficiência visual, no ensino técnico e superior, foi detectado que este tipo de adequação pedagógica é uma estratégia promissora da inclusão social e escolar de alunos com deficiência, no campo da mediação pedagógica. Trata-se de um sistema de ensino em que os alunos se ajudam mutuamente no processo de aprendizagem dos conteúdos acadêmicos para fornecer, particularmente, a instrução, a prática, a repetição e o esclarecimento dos conceitos. Ainda com relação às estratégias inclusivas, a educação inclusiva necessita da presença de um profissional para intermediar as relações interpessoais de comunicação entre surdos e ouvintes, favorecendo o conhecimento adquirido no espaço educacional. Para atingir

este objetivo educacional e efetivação de práticas de educação inclusiva, os Tradutores Intérpretes de Libras (TILS), são profissionais indispensáveis e regidos pelo Decreto 5.626, o qual dispõe sobre acessibilidade linguística do alunado surdo que utilizam a Educação Básica e Ensino Superior, o qual atua nas relações interpessoais entre alunos com necessidades especiais e os que não apresentam, interpretando do Português para a LIBRAS e vice-versa. As Instituições de Ensino Superior (IES) ainda estão vivenciando, de forma lenta, a incorporação de profissionais como os TILS no âmbito acadêmico. Também é possível detectar que a maioria deles possui alguma formação em LIBRAS, mas não a formação específica para atuar como TILS, indicando pouco interesse por formação continuada neste profissional. A formação de qualidade do profissional TILS é de extrema relevância para a aprendizagem do estudante surdo, pois a interpretação requer conhecimentos dos termos e seus respectivos sentidos, que precisam ser trabalhadas para que seja interpretado adequadamente. **Conclusões:** É perceptível a escassez de estudos sobre educação inclusiva no ensino superior do Brasil. A implementação das políticas públicas que regem a educação inclusiva ainda é incipiente na prática vivencial dos estudantes que apresentam alguma necessidade especial, mas existe um processo de melhoria em andamento no que diz respeito à adequação da estrutura física das instituições, no intuito de redemocratização do ensino superior e acesso da educação para pessoas com necessidades especiais, possibilitando, mesmo que ainda de forma discreta, a qualificação profissional desses indivíduos. Dessa forma, a adoção de estratégias inclusivas de educação constitui-se de uma ferramenta primordial à obtenção de um ensino qualificado, uma vez que facilitam o processo de inclusão do aluno com necessidade especial através de uma abordagem holística, com vistas a integralidade, vínculo e corporeidade da tríade aluno – instituição de ensino – professor.

Referências bibliográficas:

BISOL, Cláudia Alquati et al. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.139, p.147-172, 2010.

BRITO, Angélica Elisabete Costa Arcanjo de; QUIRINO, Danielle Lobo da Cunha; PORTO, Livia Carolina de Medeiros. Educação especial e inclusiva no ensino superior. **Revista Educação**, v.16, n.20/21, p. 14-20, 2013.

DELLANI, Marcos Paulo; MORAES, Deisy Nara Machado. Inclusão: caminhos, encontros e descobertas. **Revista de Educação do IDEAU**, v.7, n.15, p.1-13, 2012.

DIAS, Marian Ávila de Lima e; ROSA, Simone Conceição; ANDRADE, Patrícia Ferreira. Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação. **Psicologia USP**, v.26, n.3, p. 453-463, 2015.

FARO, Ana Cristina Mancussi; GUSMAI, Luana de Fátima. Educação Inclusiva em Enfermagem: análise das necessidades de estudantes. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, v.47, n.1, p. 229-234, 2013.

FERNANDES, Woquiton Lima; COSTA, Carolina Severino Lopes da. Possibilidades da tutoria de pares para estudantes com deficiência visual no ensino técnico e superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.21, n.1, p. 39-56, 2015.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GURGEL, Taís Margutti do Amaral. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.17, n.3, p.481-496, 2011.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de et al. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.22, n.2, p. 299-314, 2016.

PEREIRA, Francilene Jane Rodrigues; SANTOS, Sérgio Ribeiro dos; SILVA, Cesar Cavalcanti da. Política de formação inclusiva: percepção de gestores sobre processo de mudanças em Instituições de Ensino Superior. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.64, n.4, p. 711-716, 2011.

REIS, Michele Xavier dos; EUFRÁSIO, Daniela Aparecida; BAZON, Fernanda Vilhena Mafra. A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual. **Educação em Revista**, v.26, n.01, p.111-130, 2010.

SIQUEIRA, Grazielly Maria de Oliveira; SILVA, Lilian Rosa da; RIBEIRO, Patrícia Miranda. Educação inclusiva no ensino superior: desafios e possibilidades. **Revista Científica FacMais**, v.5, n.1, p. 217-228, 2016.